

Dina

12.7.84

MOÇAMBIQUE

Pesadelo para milhares de deportados submetidos a fome e a violências

Famílias separadas, enviadas para campos de reeducação em lugares distantes, vivendo na maior pobreza e sujeitas a cruel tratamento

Thomas Nguenha, de 17 anos, foi forçado pela polícia a deixar a sua escola, no Maputo, e a seguir para a longínqua província do Niassa, porque se tinha esquecido do cartão de estudante. Por seu turno, Marta Mulungo foi enviada para o Niassa, juntamente com os seus seis filhos, enquanto o marido ficou no Maputo. E se Pedro Vembane se encontra actualmente, contra sua vontade, a trabalhar nos campos de reeducação do norte do país é porque invejava o salário do mecânico que lhe repara o telefone, segundo um membro da "Frelimo", o partido actualmente no poder.

Estes casos são outros tantos dramas desencadeados em Moçambique desde que o governo do presidente Samora Machel decidiu, em Junho de 1983, desabarcar as cidades superpovoadas — Maputo, Beira, Namúlia — dos desempregados "parasitas" e de outros indesejáveis (prostitutas, cardouqueiros, etc.), para lhes distribuir um trabalho útil nos campos.

Contudo, este programa, baptizado oficialmente com o nome "Operação Produção", deu lugar a abusos tais que os bispos católicos moçambicanos pressionaram em Maio último o governo

para que reveja completamente o programa. Os prelados sublinharam que tais medidas, "um verdadeiro pesadelo para milhares de cidadãos", contribuem para prolongar a guerrilha levada a cabo desde há quatro anos pela resistência moçambicana.

UM MORTO ENTRE OS VIVOS

A imprensa moçambicana descreve as condições de fome e de pobreza em que vivem os "deportados" das cidades enviadas para as províncias pouco povoadas do Niassa e do Cabo Delgado, 1500km a norte de Maputo. Segundo a revista "Tempo", desde o ano passado foram enviados cerca de 40 mil moçambicanos — como Tomas Nguenha, Marta Mulungo ou Pedro Vembane —, de avião, para a província de Niassa.

Muitos destes "novos residentes" queixam-se amargamente do tratamento que lhes é reservado. Gabriel Julião, que trabalha na quinta estatal de Unango (a 250km de Lichinga), conta como é que deixaram morrer um dos seus camaradas de trabalho nas barracas onde eles vivem, todos juntos, em vez de o levarem para o hospital: O corpo do defunto ficou um dia inteiro entre os companheiros vivos.

Os trabalhadores têm de se contentar com sacos de cereál rasgados a servir de mantas, e as refeições são, eternamente, à base de milho, muitas das vezes estragado. Muitos deles queixam-se também do superpovoamento e da falta de higiene dos abarcamientos.

O jornalista do "Tempo" avisou-se, por outro lado, com um grupo de 14 mulheres que tinham sido mandadas à força para Niassa, com os respectivos filhos, enquanto os maridos ficaram na capital ou eram enviados para outros locais de trabalho. As autoridades, avisadas, autorizaram-nas a voltar ao Maputo... Mas tinham de se elas a pagar a viagem de regresso: o equivalente a 15 contos. Uma destas mulheres foi obrigada a vender o fato para pagar o bilhete.

HUMILHAÇÕES

Numa carta datada de 7 de Maio, que não foi publicada pela imprensa do país, os bispos católicos reconheceram que a operação tinha sido concebida co-

mo um meio de levar os "marginais" a efectuarem trabalhos fardáveis e a desenvolverem a agricultura moçambicana, que

regista um elevado défice alimentar.

Na realidade, este programa provocou "sérias situações de violência e de injustiça", acen-tuaram os prelados. "São numerosos os homens e as mulheres deste país que a Operação Produção condenou à vergonha, à

fome, à humilhação e, até mesmo, à morte".

Os bispos fizeram um apelo a favor da libertação imediata das pessoas presas e deportadas injustamente. O texto, intitulado "A Urgência da Paz", denuncia também a brutalidade utilizada pelo exército contra os civis, dizendo que tal facto pode atizar a guerrilha, apesar de ter sido assinado em Março último o tratado de paz de Nkomati, com a África do Sul.

Embora o governo não tenha respondido publicamente à carta dos religiosos, o presidente Ma-

chel demitiu, no passado dia 15 de Junho, os ministros da Polícia e da Segurança, Armando Guebuza e Mariano Matsihne,

largamente implicados nas deslocações forçadas da população no quadro da "Operação Produção", depois de os ter acusado "de prenderem muitas pessoas e de as esquecerem depois".

David Clemens da "France Presse"